



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

***HABEAS CORPUS* Nº 129.428 - SÃO PAULO**

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE. : PAULO DA SILVA
IMPTE. : PEDRO RENATO LUCIO MARCELINO
COATOR : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Senhor Ministro-Relator,

1. O paciente foi condenado, no dia 21.9.2011, Pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Campinas/SP, pela prática dos crimes previstos no art. 33, *caput*, e no art. 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, à pena total de 16 (dezesesseis) anos de reclusão, mais multa, em regime inicial fechado, vedado o recurso em liberdade. A apelação interposta pela defesa foi protocolada no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14.12.2012, mas o recurso ainda não foi julgado, o que motivou a impetração do HC nº 311.188-SP no Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem, conforme a ementa:

HABEAS CORPUS . EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DA APELAÇÃO. INEVIDENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade e proporcionalidade, considerando-se circunstâncias excepcionais que venham a retardar o julgamento.
2. No caso dos autos, conquanto até o momento não haja desbordamento nos limites da razoabilidade do trâmite processual, é oportuno, a fim de que não se concretize o apontado constrangimento ilegal, recomendar ao Tribunal de Justiça imprimir maior celeridade ao julgamento da apelação do paciente.
3. *Habeas corpus* denegado.

2. No presente *writ*, insiste-se, em síntese, na demora no julgamento da apelação, mais de três anos, eis que o paciente está preso há mais de cinco anos. Pede, então, em razão do excesso de prazo, a revogação da prisão cautelar.

3. Não assiste razão ao impetrante.
4. Ressalta-se, de início, que o *habeas corpus* é substitutivo de recurso ordinário.
5. Apesar da pendência do julgamento da apelação, não se verifica desídia do Tribunal local. Como asseverado pelo Superior Tribunal de Justiça: “*não há desídia do Tribunal a quo para o julgamento da apelação interposta. O prazo legal para julgamento do recurso não é absoluto; deve ser mitigado à luz do princípio da razoabilidade. Assim, o constrangimento ilegal somente pode ser reconhecido se a desídia for injustificada e decorrer do aparato estatal (fl. 173). Segundo o parecerista, na hipótese dos autos, o prazo para o julgamento da apelação criminal não se mostra desarrazoado ou desproporcional. A recomendação para julgamento do apelo (se ainda não ocorren) é a única medida compatível com a espécie (fl. 174)*”. Ademais, trata-se de caso complexo, envolvendo uma quadrilha especializada em tráfico de drogas, sendo sete apelações, com advogados distintos.
6. Por outro lado, a demora no julgamento da apelação, por si só, não é motivo suficiente para a concessão da liberdade, tendo em vista que o paciente, que permaneceu recluso durante a instrução, foi apontado como um dos líderes da organização criminosa, com a qual foi apreendida grande quantidade de drogas (cocáína e maconha), insumos e produtos químicos destinados à preparação e transformação de entorpecentes.
7. Destaca-se da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: “*A razoável duração do processo não pode ser considerada de maneira isolada e descontextualizada das peculiaridades do caso concreto.*” (HC nº 116.029/MG, rel. Min. Rosa Weber, DJe 26.02.2014); “*As circunstâncias objetivas do delito examinadas na sentença condenatória constituem fundamento idôneo para a manutenção da prisão cautelar, notadamente se indicam que o acusado promoveu e organizou a associação criminosa para o tráfico internacional de cocaína. A apuração de excesso de prazo deve ser orientada pela complexidade da causa, assim como pela quantidade de réus.*” (RHC nº 119.392/GO, rel. Min. Roberto Barroso, DJe 29.01.2013).
8. Isso posto, opino pela denegação da ordem, com recomendação para que se imprima celeridade ao julgamento da apelação.

Brasília, 08 de outubro de 2015

EDSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA